

XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA – SÉCULOS XX-XXI

A década de prosperidade de 2004-2013 e o novo desenvolvimentismo

*The prosperous decade of 2004-2013
and new developmentalism*

Demian Fiocca; USP; dfiocca@usp.br

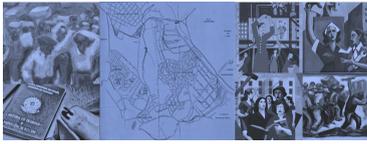
RESUMO: Desde os anos 1990, a economia brasileira passou por três fases marcadamente distintas: 13 anos de quase-estagnação (1991 a 2003); 10 anos de prosperidade (2004 a 2013); e 8 anos de declínio econômico (2014 a 2021). Importantes autores novo desenvolvimentistas apontam políticas introduzidas nos anos 1990 como causas da redução no crescimento. Este artigo sustenta que, mesmo que tal hipótese esteja correta, é inadequado tratar os últimos 30 anos como uma única fase econômica. O trabalho também compara as políticas de 2004-2013 com as recomendações desenvolvimentistas, concluindo que na maior parte são compatíveis. Por fim, aponta mudanças ocorridas no contexto internacional e brasileiro entre os anos 1970 e a atualidade, que reforçam a importância de analisar a experiência de crescimento mais recente.

PALAVRAS-CHAVE: história econômica do Brasil, desenvolvimentismo, progresso social

Classificação JEL: N1, B5, O54, N16

ABSTRACT: *Since the 1990s, three different phases marked the Brazilian economy: a 13 year long “quasi-stagnation” (1991 to 2003); a decade of prosperity (2004 to 2013); and an 8 years period of economic decline (2014-2021). Leading new developmentalist authors identify policies introduced in the 1990s as causes of slower economic growth. This article argues that, even if that hypothesis is correct, it is still inadequate to treat the last 30 years as a single economic phase. We then compare policies implemented in 2004-2013 with developmentalist recommendations, concluding that most of them are compatible. Finally, the article highlights changes in the international and Brazilian contexts between the 1970s and the present, which reinforce the importance of analyzing the most recent growth experience.*

KEYWORDS: *economic history of Brazil, developmentalism, social progress*



JEL Classification: N1, B5, O54, N16

Introdução

O crescimento econômico, o progresso social e a construção de uma nação capaz de conduzir seu projeto próprio de desenvolvimento podem ser considerados como as grandes aspirações do pensamento desenvolvimentista. São objetivos que devem estar associados.

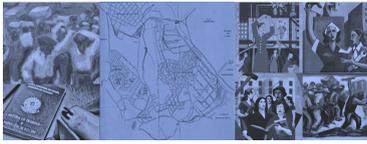
Na história contemporânea, a industrialização foi o grande parâmetro do desenvolvimento. Inicialmente na Europa e, posteriormente, na maior parte do mundo, é ela que eleva a capacidade de produção em velocidade nunca antes registrada. À medida que o aumento da produtividade e a luta social fazem com que as condições de trabalho na indústria superem os baixos padrões dos períodos iniciais, de fins do século XVIII a início do XX, os empregos na indústria passam a se diferenciar como posições mais qualificadas e melhor remuneradas. Atualmente, os operários da indústria têm nível de rendimento superior ao das posições de base da agricultura e do setor de serviços. A natureza mais qualificada do trabalhador industrial também lhe confere maior prestígio. A industrialização tem sido um fator de progresso social.

1. O Longo Período de Industrialização e Crescimento

No Brasil, as décadas 1930 a 1970 foram marcadas por elevadas taxas de crescimento. O Estado atuou diretamente na criação de indústrias de base e prevaleceram políticas voltadas ao desenvolvimento da indústria privada nacional, em grande medida pela substituição de importações. O país construiu assim um importante parque industrial.

Esse processo econômico esteve associado à urbanização, à ampliação das classes médias e à formação de classes operárias com níveis de qualificação e de renda superiores àqueles do trabalhador rural. Não menos importante, a industrialização foi um processo de transformação da estrutura econômica na direção de maior complexidade e sofisticação tecnológica, motores do aumento da produtividade e da renda *per capita*.

Entre os anos 1940 e os anos 1960, o “desenvolvimentismo” ou a “economia do desenvolvimento” como a chama Hirschman, forneceu as bases teóricas à ideia de que



“certas características especiais da estrutura econômica dos países subdesenvolvidos tornam uma parte importante da análise ortodoxa impraticável e enganosa”.¹ Na América Latina, as obras de Raul Prebisch, Celso Furtado e outros legitimaram políticas econômicas ativas e a intervenção estatal para promover a industrialização e o desenvolvimento econômico.

Condições desvantajosas no comércio internacional seriam enfrentadas por meio de tarifas, subsídios e ações sobre a taxa de câmbio. No Brasil, em face dos níveis ainda incipientes de acumulação de capital privado, empresas estatais aceleraram a construção de indústrias de base, capital-intensivas (tais como mineração, siderurgia, petróleo e gás e geração de energia) e da infraestrutura nacional. A participação do Estado na coordenação de uma estratégia de desenvolvimento também viria a contribuir para a formação de uma aliança de classes que favoreceu a industrialização.

Na descrição feita por Bresser-Pereira sobre as concepções da CEPAL e de outros importantes intelectuais nacionalistas dos anos 1950 e 1960:

[O] desenvolvimento deveria ser fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado. (...)

[O] desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado. (...)

O desenvolvimento é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada.²

2. A crise dos anos 1980 e a quase estagnação de 1991-2003

Na década de 1980, porém, a economia brasileira foi fortemente afetada pela crise da dívida externa e por uma crise fiscal. O país sofreu fortes restrições às importações, passou por duas recessões e descontrole inflacionário. A redemocratização do país e a Constituição de 1988 promoveram importantes avanços nos direitos sociais, mas tais políticas também pressionaram o espaço fiscal para investimentos públicos.

¹ Hirschman (2013, p.53).

² Bresser-Pereira (2005, p. 201; 208).



O longo período de crise e a incapacidade para dar solução duradoura aos altos índices de inflação contribuíram para que terminasse por prevalecer uma agenda mais liberal, menos comprometida com a industrialização e o crescimento econômico e mais voltada ao controle inflacionário. No final da década, tem início um processo de redução de tarifas de importação e de privatizações de empresas menores.

No início dos anos 1990, a crise da dívida externa começa a ser finalmente superada com o Plano Brady de reestruturação e securitização de dívidas em *default* de países em desenvolvimento. Desde sua primeira versão, desenhada por Baker, Secretário do Tesouro anterior a Brady, cobrava-se do país, em contrapartida, que promovesse reformas no sentido da liberalização comercial, adotasse postura mais liberal em relação a investimentos externos diretos e promovesse privatizações:

The plan called for structural reform by the debtor countries. It stressed three areas: trade liberalization, the liberalization of policies toward direct foreign investment, and reform of the state enterprise sector, including through privatization.³

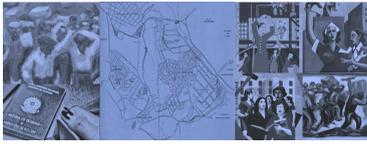
Na década de 1990, aprofundam-se políticas de abertura comercial, com menores tarifas de importação. O processo de privatizações é ampliado, alcançando então algumas das mais importantes empresas do país. Promove-se maior liberalização da conta de capitais do Balanço de Pagamentos.

Em meados de 1994, o Plano Real consegue eliminar a inflação inercial e, já restaurado o acesso ao mercado financeiro internacional, utiliza o dólar como âncora nominal da nova moeda. Nas semanas seguintes à reforma monetária, face ao influxo de recursos de curto prazo, o Banco Central permitiu que a taxa de câmbio nominal se apreciasse de 1,00 R\$/US\$ para 0,83 R\$/US\$.⁴

A partir de 1995, o Banco Central adotou um regime de minidesvalorizações cambiais. Sustentada por taxas de juros de dois dígitos em termos reais, a taxa de câmbio real foi mantida em nível estável e fortemente valorizado durante quatro anos e meio.

³ Cline (1989, p.3).

⁴ Banco Central do Brasil (2022a)



Em janeiro de 1999, após meses de perda de reservas, finalmente é adotado o regime de câmbio flutuante e o Real sofre desvalorização da ordem de 50%.⁵ No ano 2000, superada a instabilidade e o efeito depressivo da apreciação cambial, a economia consegue retomar o crescimento. Mas uma crise energética volta a desacelerar a economia em 2001, que então avança apenas 1,4%.⁶ Na segunda metade de 2002, nova crise de confiança e pressão sobre as reservas internacionais provocam forte depreciação cambial e alta da inflação, que chega a subir 3,0% em um único mês (novembro/2002). O IPCA termina o ano com elevação de 12,5%. O crescimento de 2003 fica então comprometido por políticas contracionistas – contenção fiscal e juros altos – visando reverter a crise externa e a alta da inflação.

Assim, entre 1991 e 2003, entre altos e baixos, a economia brasileira passou por um período de quase-estagnação, com crescimento *per capita* médio de 0,9% ao ano.⁷ Nesses anos, o crescimento médio *per capita* da indústria foi 0,0%⁸ e o crescimento *per capita* da indústria de transformação foi, em média, de apenas 0,3%.⁹

3. A Década de Prosperidade de 2004-2013

Em 2004, o país inicia uma fase de 10 anos de prosperidade. Mesmo enfrentando, em 2009, uma crise financeira internacional considerada como a maior crise desde 1929, o Brasil exhibe, entre 2004 e 2013, um crescimento do PIB *per capita* de 3,0% ao ano em média¹⁰, próximo do padrão de 3,7% que os países do Leste da Ásia (com exceção da China) apresentaram entre 1991 e 2019.¹¹

⁵ Banco Central do Brasil (2022a).

⁶ World Bank (2022a).

⁷ World Bank (2022b).

⁸ World Bank (2022c, 2022d).

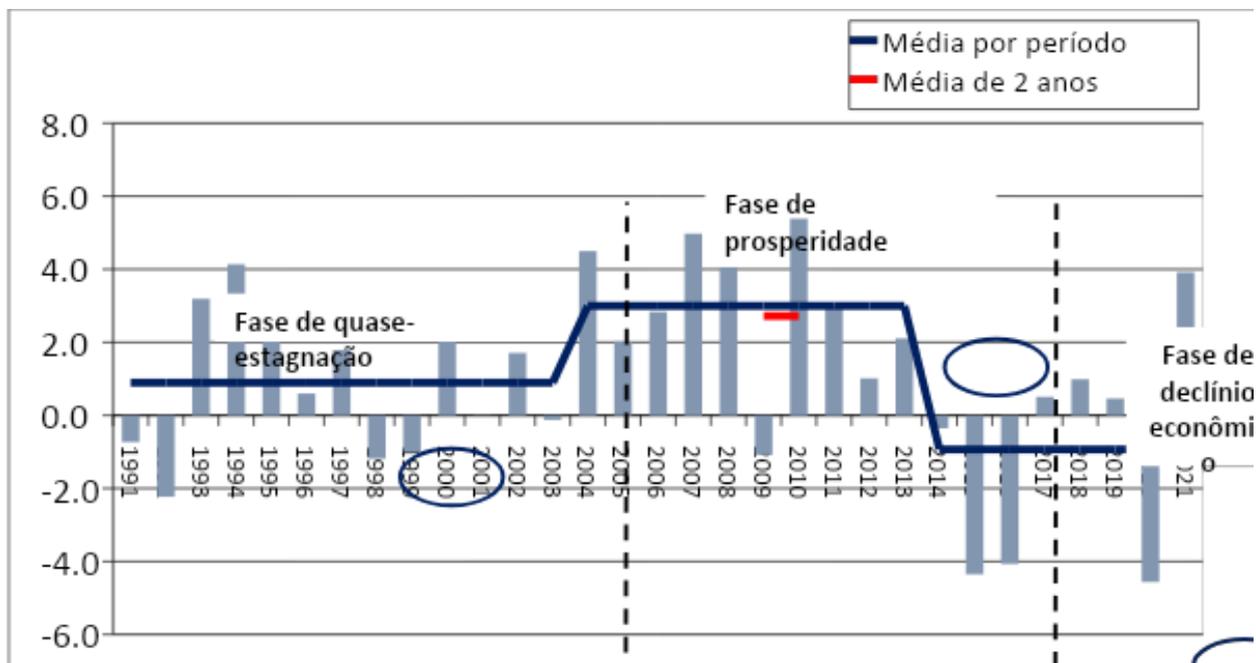
⁹ Fundação Getúlio Vargas (2022); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1992, p.8); World Bank (2022d).

¹⁰ World Bank (2022b).

¹¹ Bresser-Pereira (2022, p. 505).



Gráfico 1: Crescimento do PIB per capita (%)



Fonte: World Bank (2022b)

Durante esses 10 anos, o crescimento *per capita* da indústria subiu para 2,3% ao ano em média¹² e o da indústria de transformação elevou-se a 1,5% ao ano em média.¹³

Nessa década, amplia-se a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) como porcentagem do PIB. O indicador, que desde 1994 vinha caindo e atingira apenas 16,6% do PIB em 2003, passa a crescer consistentemente a partir de 2005, alcança o pico de 20,9% do PIB em 2013, apresentando média de 20,2% entre 2008 e 2013.¹⁴

O investimento é uma variável fundamental para melhorar a produtividade e a renda *per capita*. O comportamento da FBCF/PIB é um importante indicador para verificar a consistência do crescimento econômico. É adequado atribuir fragilidade ao crescimento econômico quando eventos de crescimento do PIB de curta duração estão assentados sobre uma tendência de queda da FBCF/PIB, como ocorreu no período 1991-2003. Ao contrário, com exceção de um único ano (por evento indiscutivelmente externo), no

¹² World Bank (2022c, 2022d).

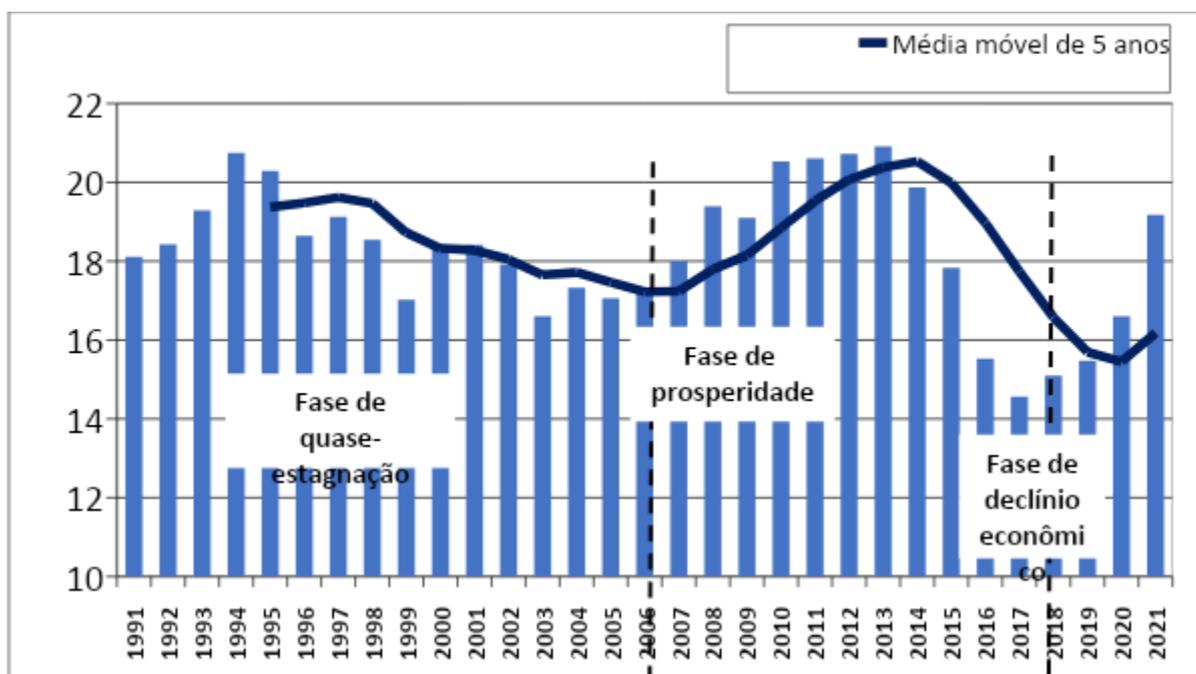
¹³Fundação Getulio Vargas (2022); World Bank (2022d).

¹⁴ World Bank (2022e).



período 2004-2013, o PIB cresceu praticamente todos os anos, assentado sobre uma consistente tendência de aumento da FBCF/PIB.

Gráfico 2: Formação Bruta de Capital Fixo/PIB (%)



Fonte: World Bank (2022e)

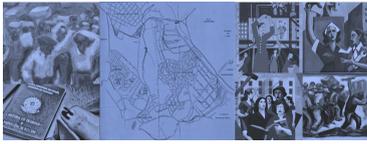
Essa foi também uma fase de redução mais acelerada da desigualdade. O Índice de Gini caiu gradualmente do nível de 0,583 em 2003 para 0,527 em 2013.¹⁵ A renda dos 20% mais pobres, ainda que continuasse muito baixa devido à histórica concentração de renda no Brasil, subiu 35% em participação na renda total, de 2,6% em 2003 para 3,5% em 2013. A parcela da população abaixo da linha de pobreza diminuiu de 41,5% em 2003, para 19,9% em 2013. O percentual da população abaixo da linha de pobreza extrema foi reduzido ainda mais dramaticamente: de 11,0% em 2003 para apenas 3,2% em 2013.¹⁶

Foram anos de robusto crescimento do emprego. A taxa de desemprego caiu consistentemente durante o período, passando de 12,3% na média de 2003 para 5,4% na média de 2013.¹⁷ Melhorou também a qualidade das vagas, com crescimento mais do

¹⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022a).

¹⁶ World Bank (2022f, 2022g, 2022h).

¹⁷ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022b).



que proporcional dos empregados com carteira assinada. A taxa de informalidade foi reduzida de 40,6% da força de trabalho empregada em 2004 para 30,8% em 2013.¹⁸

Houve redução das desigualdades regionais, com acelerado crescimento e rápida melhoria de indicadores econômicos e sociais nas regiões Norte e Nordeste do país. Promoveu-se a ampliação do acesso à energia elétrica para populações rurais; houve grande aumento do acesso a contas bancárias, contribuindo para reduzir um dos aspectos da exclusão social; foi significativo o aumento de vagas universitárias e em escolas técnicas; deu-se forte expansão de recursos federais para educação primária transferidos para estados e municípios; a construção de moradia popular mudou de patamar; enfim, a década foi marcada por importante progresso, não só nos principais indicadores econômicos, como nas políticas e indicadores sociais.

4. A crise de 2014 e a segunda onda liberal

Em meados de 2013, ocorrem manifestações chamadas em grande medida pelas redes sociais. Destacam-se, de início, questões de âmbito estadual e municipal, como os preços das passagens de metrô e ônibus. Mas as pautas variam muito e atingem também o governo federal, que passa a ser o alvo principal.

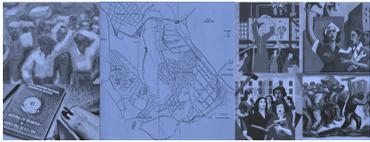
A partir de 2014, a Operação Lava Jato e o chamado “lavajatismo” intensificam o processo de desestabilização política. Finalmente, em 2015, sobrepõem-se as movimentações para dar início a um processo de impeachment, travando a governabilidade.

Em maio de 2016, a presidente é afastada e o novo governo adota uma agenda explicitamente liberal.

Apesar das políticas monetária e fiscal contracionistas estarem entre as causas evidentes da recessão de 2015 (eram defendidas abertamente pelo Banco Central e pelas autoridades econômicas à época para combater a inflação¹⁹), o novo governo adota o

¹⁸ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015, p. 318).

¹⁹ O Banco Central promoveu sucessivas elevações da taxa Selic, partindo de 7,25% em 2013 até chegar a 14,25% em meados de 2015 (Banco Central do Brasil, 2022d). A natureza recessiva da política desinflacionária foi explícita. Em sua 192ª reunião, em meados de 2015, o Comitê de Política Monetária (Copom) reiterou que “os indicadores disponíveis (...) **confirmam que o ritmo de expansão da atividade doméstica neste ano será inferior ao potencial.**”(Banco Central do Brasil, 2022e, grifo nosso). Apesar disso, decidiu, “por unanimidade, elevar a taxa Selic em 0,50 p.p., para 14,25% a.a., sem



entendimento de que a retomada do crescimento seria alcançada pela imediata contenção dos gastos públicos, aí incluídos os investimentos, pela reversão de políticas de fomento e pela retomada de reformas liberais.

Assim, entre 2016 e 2019, aprovam-se a Lei do Teto de Gastos, uma reforma trabalhista visando a corrigir excessos da Justiça do Trabalho, mas também a enfraquecer os sindicatos, e uma nova reforma da Previdência. Políticas de fomento são tratadas como distorções e é aprovada a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) por uma nova Taxa de Longo Prazo (TLP), o que eleva o custo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao setor privado. Sob nova direção, o volume de desembolsos do BNDES cai significativamente a partir de 2016.²⁰

Em outubro de 2018, Paulo Guedes, que em dois meses assumiria o Ministério da Economia, defende a retomada das privatizações e afirma explicitamente ser contrário às políticas que vigoraram nos anos anteriores: "esse modelo social-democrata é ruim, somos prisioneiros do baixo crescimento, temos impostos altos, (...) comercializamos com poucos países".²¹

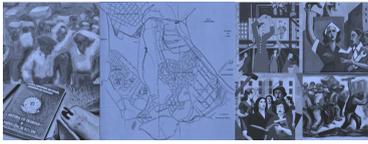
De início, economistas liberais e a mídia tradicional procuram silenciar sobre os avanços da década de prosperidade e a tratar apenas da recessão de 2015-2016, como se fosse possível subsumir uma década em dois anos.

À medida que o tempo passa e a retomada do crescimento não ocorre, começam a surgir análises que turvam a visão do fracasso desta segunda onda liberal, assim como do sucesso do período de cunho mais social-democrata que a precedeu. Para citar um exemplo, em janeiro de 2020, a coluna "A estagnação brasileira" trata apenas da média de 40 anos:

viés. O Comitê entende que **a manutenção desse patamar da taxa básica de juros, por período suficientemente prolongado, é necessária para a convergência da inflação para a meta** no final de 2016." (Banco Central do Brasil, 2022e, grifo nosso).

²⁰ Os desembolsos do BNDES, em R\$ constantes de junho de 2022, caem de aproximadamente R\$19,2 bilhões em média por mês no período 2004-2015 para apenas R\$7,2 bilhões mensais em média no período 2016-2021 (BNDES, 2022).

²¹ IstoÉ (2018).



Um olhar sobre a trajetória da economia brasileira nas últimas quatro décadas, quando o ritmo de crescimento caiu para um patamar bem inferior ao registrado nas décadas anteriores, mostra que, muito provavelmente, o país ainda não acabou de desmontar o modelo de desenvolvimento que faliu em 1982.²²

Esta recusa em reconhecer uma década de crescimento econômico iniciando em 2004, um período de governo social-democrata, pode ser encontrada também em outras análises e comentários. No entanto, estas médias baseadas em 30 ou 40 anos ocultam as grandes diferenças entre as fases econômicas de 1991-2003, de 2004-2013 e de 2014-2021.

O fraco desempenho econômico iniciado em 2014 não é em nada similar aos anos 2004-2013. Entre 2014 e 2021, o Brasil registrou crescimento *per capita* médio *negativo* de 0,9% ao ano.²³ Trata-se provavelmente da pior fase da história econômica do país.

O ano de 2020 foi afetado pelo choque exógeno da pandemia de COVID-19. Do mesmo modo, no período 2004-2013, o ano de 2009 foi afetado pelo choque exógeno da crise do *subprime*. Em cada fase, considerados em conjunto o ano de choque e o de recuperação, verifica-se que não se afastam significativamente da média do respectivo período. O crescimento médio *per capita* de 2009-2010 (2,7%) é próximo da média de 2004-2013 (3%); assim como a média de 2020-2021 (-0,3%) não está longe da média de 2014-2021 (-0,9%), como é possível ver no gráfico 1. Isso sugere que tais eventos não alteram significativamente a tendência de crescimento subjacente de cada fase.

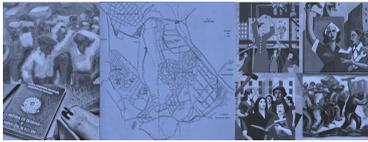
Entre 2014 e 2021, a indústria (valor adicionado) caiu 2,2% *per capita* por ano em média ²⁴; e o desempenho da indústria de transformação foi também *negativo* em 2,6% ao ano em média.²⁵

²² Romero (2020).

²³ World Bank (2022b).

²⁴ World Bank (2022c, 2022d).

²⁵ Fundação Getulio Vargas (2022); World Bank (2022d).



**XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas**

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



**ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA**

Quando se analisa o crescimento da indústria, como mostrado no gráfico 3, a média dos dois anos de choque e recuperação (1,8% para 2009-2010) é próxima do padrão da década de 2004-2013 (2,3% ao ano). Para a fase 2014-2021, a média dos anos de choque e recuperação mostra estagnação (-0,2% para 2020-2021), mas isso ainda é melhor que a desastrosa média do período (-2,2% ao ano).

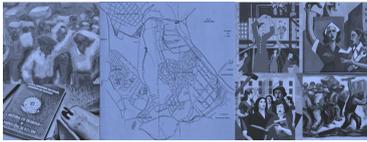
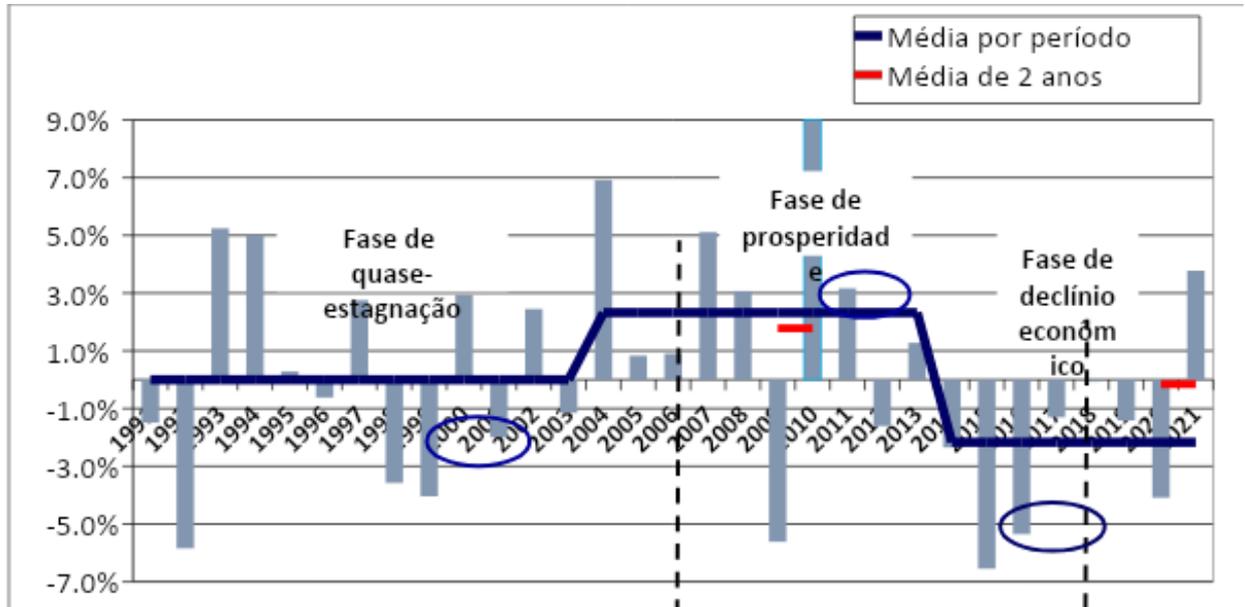


Gráfico 3: Crescimento *per capita* da Indústria (incluindo construção)



Fonte: World Bank (2022c, 2022d)

A FBCF/PIB começou a cair em 2014 e situou-se em patamar extremamente deprimido durante cinco anos: 15,5% do PIB em média entre 2016 e 2020. Mostra alguma recuperação somente em 2021. Ainda assim, na média de 2014 a 2021, a FBCF/PIB foi de apenas 16,8%.²⁶

A série de desemprego IBGE/PME foi descontinuada em 2016 e a série IBGE/PNAD Contínua foi iniciada somente em 2012. Ainda assim, é clara a inversão de trajetória entre os anos de prosperidade e os anos de declínio econômico no mercado de trabalho, como se observa no gráfico 4. Na nova série, a taxa de desocupação passa de 7,3% na média de 2013 para 11,4% na média do período de 2014 a 2021.²⁷

²⁶ World Bank (2022e).

²⁷ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022c).

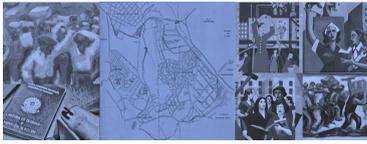
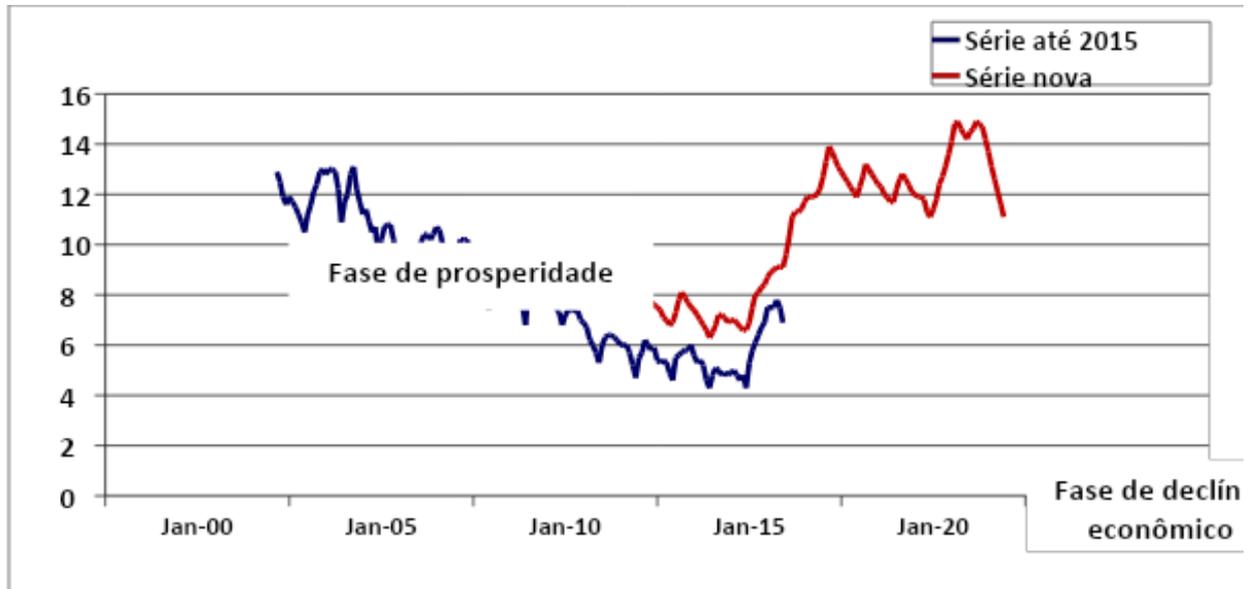


Gráfico 4: Taxa de Desemprego

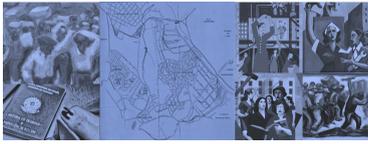


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022b, 2022c)

Assim, especialmente quando se trata da descrição dos fatos (crescimento, estagnação, quase-estagnação, retração...), não é adequado tratar os últimos 30 anos como uma única fase. Como visto, desde 1990, a economia brasileira passou por três períodos marcadamente distintos no que se refere ao crescimento do PIB, ao crescimento da indústria, à Formação Bruta de Capital Fixo, ao nível de emprego e a outros importantes indicadores econômicos e sociais. Parece mais produtivo analisar cada um desses períodos em suas especificidades. Além de ser tratamento mais fidedigno aos fatos, obtém-se maior precisão ao extrair conclusões. Dez dias de sol forte e dez dias de tempestade dificilmente serão bem explicados por quem supõe que está observando vinte dias de clima ameno.

5. Contribuição à análise novo desenvolvimentista da história recente

O novo desenvolvimentismo considera que as políticas implementadas entre os anos de 1930 e 1980 contribuíram para um processo de industrialização exitoso e de crescimento acelerado da economia brasileira. A crise da dívida externa dos anos 1980 interrompeu essa trajetória bem-sucedida.



Nos anos 1990, quando a crise externa foi finalmente superada, frustrou-se, porém, a retomada do crescimento. Ainda que não defenda um retorno ao modelo de substituição de importações, o novo desenvolvimentismo atribui esse fenômeno à adoção de uma agenda neoliberal e ao abandono de políticas econômicas favoráveis ao crescimento:

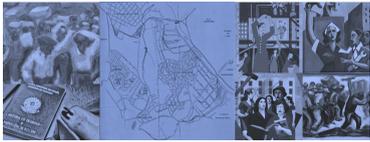
Na década de 1980, os governos desenvolvimentistas da América Latina fracassaram na superação da Crise da Dívida Externa e, nos anos 1990, curvaram-se à nova *verdade* vinda do Norte. Esses países não só se dedicaram às necessárias políticas de ajuste estrutural encabeçadas pelo FMI como também às reformas neoliberais coordenadas pelo Banco Mundial, cuja validade era questionável. Não surpreende que as reformas tenham sido adotadas, mas os países não tenham retomado o crescimento. Pelo contrário, o que se viu foi uma deterioração: maior instabilidade financeira, baixas taxas de crescimento e um aprofundamento da desigualdade.²⁸

As principais causas apontadas pelo novo desenvolvimentismo para explicar a queda no crescimento econômico a partir de 1990 são resumidas do seguinte modo:

O novo desenvolvimentismo atribui a quase-estagnação dos países latino-americanos inclusive o Brasil a partir de 1990 a três políticas e uma omissão; (a) a liberalização comercial, que implicou o país deixar de neutralizar a doença holandesa por meio de tarifas de importação e subsídios à exportação de bens manufaturados; (b) a liberalização financeira, que eliminou a possibilidade de o país ter uma política cambial; e (c) o estabelecimento de um nível elevado de taxa de juros em torno do qual o banco central executa sua política monetária. (...) O Brasil não considera que uma moeda apreciada encoraja o consumo enquanto desestimula o investimento privado na indústria. A omissão política se refere ao desinteresse do governo em aumentar o investimento público e, para isso, procurar recuperar a poupança pública que caíra dramaticamente nos anos 1980.²⁹

²⁸ Bresser-Pereira (2019, p. 227).

²⁹ Bresser-Pereira (2022, p. 517).



A crítica aqui formulada em relação a qualquer análise que trate os últimos 30 anos como um período econômico relativamente homogêneo aplica-se também, nesse aspecto, à simplificação adotada por Bresser-Pereira no artigo “Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo”, citado acima. Mas não se trata, no entanto, de refutar ou minimizar a relevância do diagnóstico novo desenvolvimentista sobre a inflexão dos anos 1990.

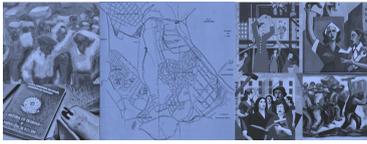
A análise dos anos 2004-2013 aqui realizada sustenta duas proposições fundamentais: (i) que, como visto, o desempenho dessa década se destaca no período recente, sendo inadequado tratar os últimos 30 anos como uma única fase econômica; e (ii) que é possível preservar a tese novo desenvolvimentista de que as políticas introduzidas nos anos 1990 tenham atuado para reduzir as taxas de crescimento do Brasil.³⁰ É possível reconhecer o robusto crescimento dos anos 2004-2013 como um fenômeno econômico significativo e ainda assim preservar a crítica desenvolvimentista às reformas econômicas dos anos 1990. Para tanto, é possível buscar explicação para o desempenho dessa década na análise de outras políticas, em novas circunstâncias e mesmo em diferente postura ao administrar o arranjo econômico herdado dos anos 1990.

Ainda que a definição de qualquer fase econômica esteja sempre sujeita a alguma simplificação, sua legitimidade deve contar com a reunião de características relativamente homogêneas. É possível identificar esta homogeneidade em cada uma das três fases descritas nas seções 2, 3 e 4 acima. Mas não nos últimos 30 anos tratados como unidade. Em todas as principais variáveis cujo desempenho separa “crescimento” de “estagnação”, as três fases são claramente distintas. Além disso, as importantes diferenças apontadas tampouco se referem a um ano ou dois, para que pudessem ser tratadas como oscilações aleatórias.

Esta periodização não recorre a critérios de calendário, nem tampouco a períodos institucionais (posse de presidentes ou de ministros da Fazenda). Os pontos de inflexão em 2004 e 2014 emergem da observação direta dos dados de crescimento do PIB.

Os períodos identificados são todos significativos e até um pouco mais longos do que uma das mais consagradas referências da história econômica do país: o chamado

³⁰ Outras linhas de análise não são objeto deste artigo.



“Milagre Econômico” durou 6 anos e tampouco coincidiu com início de governo ou calendário.

Reconhecer que o Brasil não esteve quase-estagnado desde os anos 1990, mas que passou por 13 anos de quase-estagnação, 10 anos de prosperidade e então 8 anos de retrocesso econômico, tornará mais robusta a análise novo desenvolvimentista.

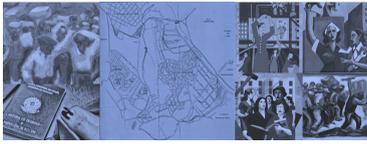
Outra razão para que o novo desenvolvimentismo não silencie sobre o destacado desempenho econômico de 2004-2013 é que essa experiência está viva na memória de grande parte da população. Tratar explicitamente desse período, em vez de deixá-lo sob uma inadequada descrição geral de “quase-estagnação” deve contribuir para reforçar a credibilidade das análises novo desenvolvimentistas. Quem viveu aquele período ou tem familiares que viveram, sabe que aqueles anos nada tiveram de “quase-estagnação”. Também parece difícil sustentar que 10 anos seja tempo irrelevante em uma análise de história econômica que cubra 30 ou 40 anos no total.

Este artigo não tem a intenção, entretanto, de apresentar de modo completo as causas e fatores que explicam os bons resultados da década iniciada em 2004. Trata-se, neste momento, de reivindicar apenas uma descrição adequada do fenômeno.

Ainda assim, no sentido de mostrar que a abordagem novo desenvolvimentista pode, sim, explicitar a existência de uma década de prosperidade entre 2004-2013, sem que isso contradiga os quatro fatores negativos destacados no diagnóstico de Bresser-Pereira sobre as mudanças dos anos 1990. Alguns elementos são listados a seguir.

Entre os fatores positivos a serem considerados em eventual investigação para explicar a prosperidade dos anos 2004-2013, podem constar (i) a melhoria nas contas externas proporcionada por um *boom* de commodities; (ii) a ampliação dos programas sociais e o aumento gradual do salário mínimo, com seus efeitos positivos sobre a demanda efetiva; (iii) a elevação dos investimentos das empresas estatais e, ainda que modestamente, dos investimentos públicos; (iv) o apoio ao investimento do setor privado por meio de políticas de fomento dos bancos públicos; (v) a mobilização da força de trabalho que estava previamente ociosa devido aos altos níveis de desemprego³¹; (vi) o papel de

³¹ Este é um aspecto especialmente interessante a ser analisado sob a perspectiva desenvolvimentista de que “*Underdeveloped countries did have hidden reserves (...) not only of labor, but of savings,*



coordenação do Estado na expansão de cadeias industriais a jusante do setor de petróleo e gás; (vii) o relançamento da indústria de construção civil habitacional por meio de um conjunto de medidas legais, tributárias e financeiras; e (viii) o resultado extremamente bem sucedido da atuação anticíclica em resposta à crise internacional de 2008-2009³².

É muito improvável que qualquer programa econômico abrangente encontre condições políticas e econômicas para ser aplicado em sua integralidade. Desse modo, é importante reconhecer o sucesso de períodos em que grande parte de uma agenda econômica tenha sido implementada, mesmo que com exceções. Essa é mais uma razão pela qual o novo desenvolvimentismo não deveria silenciar sobre o desempenho excepcional do período 2004-2013: as políticas daquele período estiveram alinhadas com várias das prioridades do novo desenvolvimentismo.

Tratando inicialmente da principal exceção, as recomendações do novo desenvolvimentismo referentes à neutralização da doença holandesa³³ e à manutenção de uma taxa de câmbio de equilíbrio industrial³⁴ de fato não foram alcançadas nos anos 2004-2013. A taxa de câmbio esteve mais apreciada do que tais indicações apontariam.

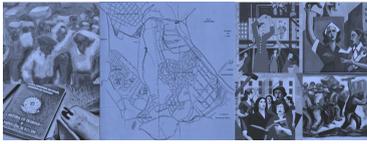
Ainda neste aspecto, deve-se registrar, porém, que tal resultado não ocorreu sem ações que procurassem mitigá-lo. Durante seis anos, com exceção apenas do semestre que se seguiu à crise de 2008, o governo atuou no mercado de câmbio comprando dólares, ou seja, em vetor contrário à valorização do Real. Esta política retirou do mercado excessos (ou grande parte dos excessos) de divisas proporcionados pela valorização das commodities.

entrepreneurship, and other resources” e que o desafio é como ativar tais reservas (Hirschman, 2013, p.53).

³² Em 2009, a diretriz do governo federal de sustentar a expansão do crédito público e a coordenação de expectativas no sentido de sustentar os “*animal spirits*” do setor privado foram extremamente bem-sucedidas, enfrentando a crise com uma relação custo/benefício muito baixa. A queda do PIB no Brasil foi de apenas 0,1% (World Bank, 2022a), com custo fiscal muito menor do que nas economias desenvolvidas: o déficit nominal foi de somente 3,2% do PIB (Secretaria do Tesouro Nacional, 2022). Os EUA tiveram recessão de 2,6% do PIB (World Bank, 2022a), com déficit nominal de 9,8% do PIB (Office of Management and Budget, 2022). A Zona do Euro registrou recessão de 4,5% (Eurostat, 2022a), mesmo apoiada em déficit público de 6,2% do PIB (Eurostat, 2022b).

³³ Bresser-Pereira (2008).

³⁴ Marconi (2012).



As reservas internacionais, mantidas na faixa de US\$ 30-75 bilhões entre 1995 e 2005, passam então a subir fortemente, chegando a US\$ 370 bilhões em 2012.³⁵ Nas fases em que o mercado cambial mostrou-se especialmente forte, o governo ainda impôs Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre diversas modalidades de ingressos de moeda estrangeira e sobre operações de *swap* cambial.³⁶ Todas estas políticas estão entre os instrumentos com os quais uma eventual política cambial novo desenvolvimentista procuraria alcançar seus objetivos.³⁷

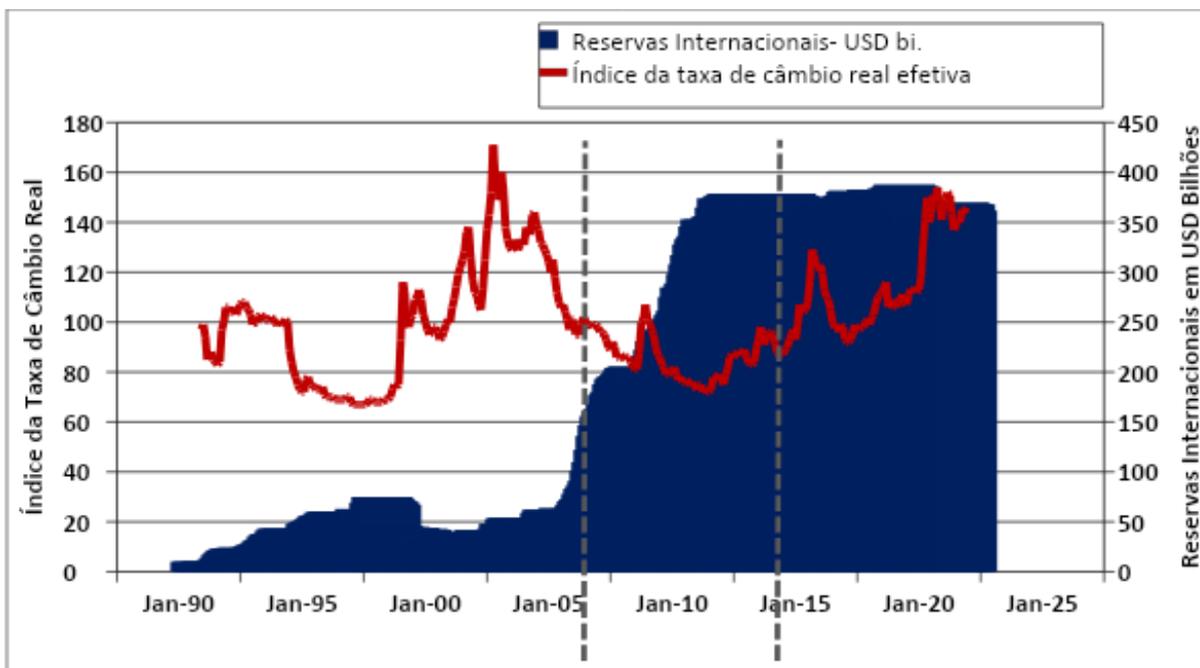
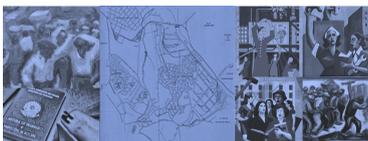
Além de ser um vetor contrário à valorização da taxa de câmbio, a política de acumulação de reservas fez com que a década de 2004-2013 marcasse uma mudança qualitativa e duradoura na posição de solvência internacional do país, atendendo assim à histórica preocupação estruturalista com as crises de balanço de pagamentos. Como visto na década de 1980, tais crises podem ter efeitos devastadores sobre o crescimento e a inflação.

Gráfico 5: Política Cambial e Taxa de Câmbio

³⁵ Banco Central do Brasil (2022f).

³⁶ Cagnin et al. (2013, p.176).

³⁷ A possibilidade de introduzir uma tributação variável sobre as exportações de commodities de acordo com seu preço internacional, descrita por Bresser-Pereira (2022, p. 528), por exemplo, só teria efeito sobre a taxa de câmbio, se estivesse associada à compra de reservas em montante igual ao valor arrecadado. Se a taxação fosse introduzida e o Banco Central não comprasse reservas, a arrecadação aumentaria, mas a taxa de câmbio apreciaria do mesmo modo, já que os exportadores teriam que vender dólares para comprar os reais com os quais pagar os novos impostos.



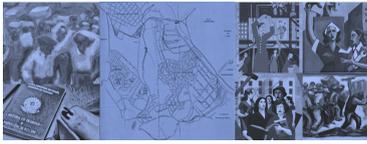
Fonte: Banco Central do Brasil (2022f, 2022g)

Com relação à proposição novo desenvolvimentista de que não se adote a poupança externa como base do crescimento, o período 2004-2013 também se diferencia favoravelmente dos demais. Durante a quase-estagnação de 1991 a 2003, o déficit em conta corrente médio foi de 1,9% do PIB. Na fase mais recente, o retrocesso econômico de 2014 a 2021, esse déficit foi de 2,4% do PIB em média. Os anos de prosperidade, de 2004 a 2013, registraram o menor déficit em conta corrente dos três períodos: 1,2% ao ano em média³⁸, bastante inferior à referência de 3,0% do PIB citada frequentemente pelos que defendem o crescimento com poupança externa.³⁹

A política econômica do período 2004-2013 foi coerente com as prioridades desenvolvimentistas referentes à demanda agregada e à busca do pleno emprego. Nessa direção atuaram políticas de crédito ao investimento e ao consumo. Políticas de médio prazo para aumentar o salário mínimo em termos reais foram implementadas. Houve expansão de programas sociais. Investimentos públicos aumentaram. O desemprego foi efetivamente reduzido até níveis que podem ser considerados próximos do pleno emprego. Em certa medida, a política monetária também ponderou os objetivos de

³⁸ World Bank (2022i).

³⁹ Ver por exemplo, Franco (1998, p. 138).



crescimento e baixa inflação, tendo aceitado um prazo maior para convergência ao centro da meta de inflação em 2012 e 2013, quando o crescimento econômico enfraqueceu.

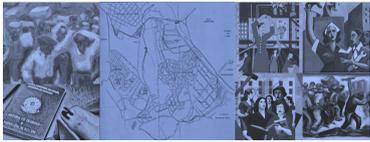
As práticas de 2004-2013 também estiveram alinhadas à postura novo desenvolvimentista no que se refere à preservação da estabilidade financeira (ainda que essa postura seja hoje bastante universal). Ao enfrentar a gravíssima crise de 2008-2009, o governo federal deu suporte aos bancos públicos, que adotaram arrojadadas diretrizes de expansão do crédito, de modo a compensar a freada na oferta de crédito pelos bancos privados.⁴⁰

O BNDES recebeu *funding* adicional do Tesouro Nacional e criou linhas altamente atrativas para estimular investimentos. O Banco do Brasil comprou dois bancos médios (pelo menos um deles fragilizado pela crise). Foram ampliados o escopo e o alcance do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para apoiar a confiança no sistema financeiro. Esse conjunto de ações evitou que ocorresse uma parada súbita da oferta de crédito ao setor real da economia e afastou especulações de que pudesse se iniciar uma corrida bancária.

No que se refere à mudança estrutural, ainda que a indústria de transformação tenha crescido menos que o PIB, houve alguma compensação com a maior expansão da indústria extrativa, especialmente a mineração, que no século XXI incorpora mais tecnologia do que à época do estruturalismo e tem posições de trabalho com remunerações similares às da indústria de transformação. Ainda nessa direção, a importante formalização do mercado de trabalho e a forte redução do desemprego estão alinhados às históricas preocupações estruturalistas com a abundância da oferta de mão-de-obra e seu efeito negativo sobre os salários em países da América Latina.

Mesmo quando se analisa a indústria de transformação isoladamente, não parece adequado tratar como se fossem uma só coisa, de um lado, os 10 anos nos quais esse setor cresceu 1,5% ao ano *per capita* e, de outro, os 13 anos nos quais esse crescimento

⁴⁰ Às vésperas da crise, em setembro de 2008, a taxa nominal de crescimento do crédito (variação do saldo em 12 meses) era de 34% nos bancos públicos e também de 34% nos bancos privados. Em setembro de 2009, os bancos privados tinham reduzido sua expansão para 5%. No entanto, a oferta total de crédito desacelerou apenas para 15%, graças à manutenção da expansão pelos bancos públicos, em ritmo de 39%. Somente em dezembro de 2010 os bancos privados (com expansão de 20% em 12 meses) voltariam ao ritmo dos bancos públicos (22% em 12 meses). Banco Central do Brasil (2022h).



per capita foi de apenas 0,3%, e os 8 anos em que houve queda *per capita* de 2,6% ao ano.⁴¹

No período 2004-2013, a participação da indústria de transformação no PIB caiu, não porque a indústria tenha estagnado ou regredido, mas porque o PIB teve crescimento robusto. Ainda que, na abordagem novo desenvolvimentista, a indústria deva liderar o crescimento (o que de fato não ocorreu) e que seja comum medir a desindustrialização pela participação no PIB, é importante explicitar a diferença entre períodos de crescimento da indústria e períodos de estagnação ou retração.

Se isso não for feito, o novo desenvolvimentismo poderia cair no paradoxo de celebrar um período em que a indústria caia 1% ao ano e o PIB caia 2% ao ano (pois cresce a relação indústria/PIB) e rechaçar uma fase em que a indústria cresça 2% ao ano e o PIB cresça 4% ao ano (pois cai a relação indústria/PIB).

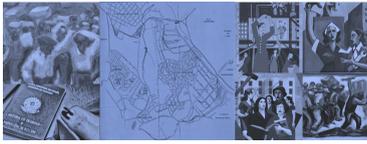
O desenvolvimentismo também destaca a importância da acumulação de capital como alavanca do crescimento e instrumento de incorporação do progresso técnico. O período de 2004-2013 foi marcado por significativa elevação da Formação Bruta de Capital Fixo/PIB.

Por fim, nesses 10 anos prósperos iniciados em 2004 houve mais de uma iniciativa voltada ao planejamento de investimentos, à política industrial e ao desenvolvimento regional. Ainda que os resultados tenham sido apenas parciais, trata-se de medidas coerentes com a visão desenvolvimentista de que cabe ao Estado e às políticas públicas um papel relevante nas estratégias de desenvolvimento nacional.

Por todas essas razões, transmitir a mensagem de que os anos de 2004-2013 estão incluídos naquilo que “não deve ser almejado”, uma “quase-estagnação”, não parece adequado ao novo desenvolvimentismo. Trata-se de uma década de inegável prosperidade e muito do que se realizou (ainda que não tudo) foi coerente com o que defende o novo desenvolvimentismo.

6. Considerações Finais

⁴¹ Fundação Getúlio Vargas (2022); World Bank (2022d).



O novo desenvolvimentismo utiliza o método histórico-dedutivo, de longa tradição no pensamento ocidental. Reivindica a superioridade desse método nas ciências sociais, enfatizando o critério de aderência à realidade. Para preservar os méritos desse método é fundamental dar importância a fatos históricos relevantes e assim continuar a aperfeiçoar análises e formulações teóricas:

[O] método histórico-dedutivo não parte de simples pressupostos, mas da observação de uma realidade complexa e em mudança (...) partindo de sequências observadas de fatos e mantendo-se próximo a eles durante o processo dedutivo.⁴²

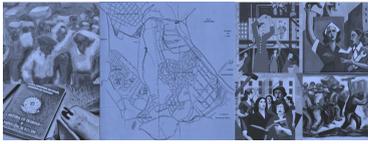
Uma análise econômica do Brasil que busque viabilizar novas fases de desenvolvimento e ignore a década de prosperidade ocorrida no século XXI tenderá a buscar referências nacionais apenas na fase de crescimento ocorrida nas décadas centrais do século XX.

No cenário do pós-guerra, Prebisch, corretamente, apontava para o desafio posto pela queda no preço relativo das commodities e a fragilidade que isso produzia na balança comercial. Durante a década de prosperidade, no século XXI, a defesa do crescimento enfrentou o desafio inverso: a elevação no preço relativo das commodities contribuiu para que um excesso de divisas causasse valorização da taxa de câmbio.

Apenas para mencionar algumas referências, no pós-guerra, a oferta de divisas no mercado internacional esteve relacionada à posição privilegiada na qual os EUA saíram do conflito; ao posterior crescimento da Europa; e, depois, à acumulação de dólares pelos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Atualmente, o fornecimento global de manufaturados pela China e sua demanda por matérias primas estão entre os principais determinantes.

No que se refere aos fluxos internacionais de capital, o contexto atual também é muito diferente daquele que prevalecia até os anos 1970. O mundo migrou gradualmente de taxas de câmbio controladas e contas de capital relativamente administradas, para taxas de câmbio flutuantes e menor controle nas contas de capital.

⁴² Bresser-Pereira (2009, p.166).



Nas décadas do pós-guerra, a importação de petróleo era item crítico. Atualmente, o Brasil é exportador líquido. Mudaram os tamanhos do Estado e da dívida pública. A posição competitiva da indústria brasileira é outra. A relevância econômica e política do rentismo financeiro cresceu.

Nas décadas de 50, 60 e 70, a guerra fria influenciou o cenário político. O país esteve sob ditadura durante metade desse período. Na recente década de prosperidade, o crescimento foi alcançado dentro dos mesmos marcos democráticos hoje vigentes. As forças políticas das décadas de 50, 60 e 70 não são as atuais. Já aquelas que lideraram o país na década de prosperidade do século XXI são as mesmas que assumem o poder em 2023.

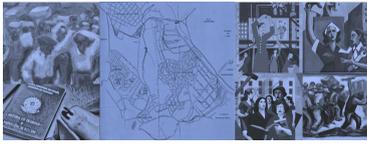
A parcela da população com direito de voto, o nível de urbanização, o grau de educação e inúmeros outros aspectos da estrutura social existente na década de 2004-2013 ainda são contemporâneos. Aqueles do pós-guerra não são.

Seguindo a tradição da economia política, o esforço por identificar condições sociais e políticas que viabilizem, deem sustentação e legitimidade às políticas econômicas é parte da agenda novo desenvolvimentista.

Em todos esses aspectos sociais, econômicos e políticos acima mencionados – e em outros não listados aqui – a análise da década de 2004-2013 proporciona evidência adicional e mais atualizada sobre a experiência de desenvolvimento econômico no Brasil. Como referência para a formulação de programas e estratégias do novo desenvolvimentismo, as condições desta década são muito mais semelhantes às atuais do que aquelas condições que existiam em meados do século XX.

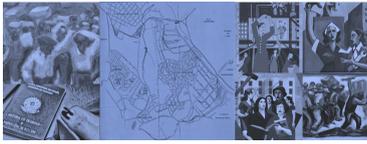
Incorporar um tratamento explícito dos 10 anos de prosperidade verificados entre a quase-estagnação de 1991-2003 e o declínio econômico de 2014-2021 também confere melhor qualidade à discussão sobre a história econômica brasileira.

Analisar em profundidade as diferentes circunstâncias, políticas e resultados da mais recente década de desenvolvimento bem-sucedido constitui, portanto, tarefa profícua, que deve contribuir para o aperfeiçoamento do pensamento novo desenvolvimentista e, de modo geral, para melhor compreender o Brasil contemporâneo.



Referências

- Banco Central do Brasil. (2022a). *Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. - Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário - u.m.c./US\$*. Acessado em 30 de Setembro, 2022. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.
- Banco Central do Brasil. (2022b). *Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. - Índice nacional de preços ao consumidor-amplio (IPCA) - Var. % mensal*. Acessado em 19 de Setembro, 2022. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.
- Banco Central do Brasil. (2022c). *Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. - Índice nacional de preços ao consumidor-amplio (IPCA) – Em 12 meses*. Acessado em 19 de Setembro, 2022. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.
- Banco Central do Brasil. (2022d). *Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. – Taxa de juros – Meta Selic definida pelo Copom*. Acessado em 18 de Outubro, 2022. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.
- Banco Central do Brasil. (2022e). *Ata da 192ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) – Julho 2015*. Acessado em 18 de Outubro, 2022. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom/29072015>.
- Banco Central do Brasil. (2022f). *Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. - Reservas internacionais - Total – mensal (em US\$)*. Acessado em 19 de Setembro, 2022. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.
- Banco Central do Brasil. (2022g). *Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. - Índice da taxa de câmbio real efetiva (IPCA) - Jun/1994=100*. Acessado em 19 de Setembro, 2022. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.
- Banco Central do Brasil. (2022h). *Sistema Gerenciador de Séries Temporais – v2.1. – Saldo das operações de crédito das instituições financeiras sob controle público – Total e Saldo das operações de crédito das instituições financeiras sob controle privado – Total*. Acessado em 04 de Novembro, 2022. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.
- [BNDES. \(2022\). Séries Setoriais \(Junho de 2022\)– Série III.B - Desembolsos do BNDES por setor – Mensal – R\\$ Milhões constantes de jun/2022](https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/8a6f176f-da31-4b28-8143-4773876700ae/202206_SERIES_SETORIAIS.xlsx?MOD=AJPERES&CVID=oaexKIC). Acessado em 30 de Setembro, 2022. Disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/8a6f176f-da31-4b28-8143-4773876700ae/202206_SERIES_SETORIAIS.xlsx?MOD=AJPERES&CVID=oaexKIC
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (2005).Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In



Caio Navarro de Toledo (Org.), *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB* (p. 201-232). Rio de Janeiro: Editora Revan.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2008). “The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach”. *Brazilian Journal of Political Economy*, 28(1): 47-71.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2009). “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica”. *Revista de Economia Política*, 29 (2):163-190.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2013). “Estado Desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo”. Trabalho apresentado à reunião anual da SBCP em 2012. Revisto em janeiro de 2013. Acessado em 22 de Setembro, 2022. Disponível em <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/372-Estado-Desenvovimentista-Nacionalismo-Liberalismo.pdf>.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2019). “Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo”. *Revista de Economia Política*, 39(2): 211-235.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2022). “Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo”. *Revista de Economia Política*, 42 (2): 503-531.

Cagnin, Rafael Fagundes; Prates, Daniela Magalhães; Freitas, Maria Cristina P. de; Novais, Luís Fernando. (2013). “A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012)”. *Novos Estudos*, 97:169-195.

Cline, William R. (1989). “The Baker Plan. Progress, Shortcomings, and Future,”. *Policy, Planning and Research Working Papers – World Bank*, p. 1-52.

Eurostat. (2022a). *GDP and main components (output, expenditure and income) – Euro area - 19 countries (from 2015) – Chain Linked Volumes*. Acessado em 22 de Setembro, 2022. Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/NAMA_10_GDP_custom_3425220/default/table?lang=en.

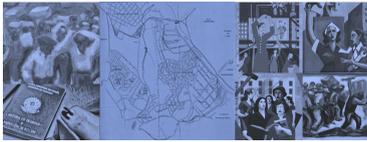
Eurostat. (2022b). *Government deficit/surplus, debt and associated data – Euro area - 19 countries (from 2015)*. Acessado em 22 de Setembro, 2022. Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/GOV_10DD_EDPT1_custom_3425191/default/table?lang=en.

Franco, Gustavo H. B. (1998). “A inserção externa e o desenvolvimento”. *Revista de Economia Política*, 18 (3): 121-147.

Fundação Getulio Vargas. (2022). *FGV Dados – PIB Trimestral – Indústria de Transformação*. Acessado em 20 de Setembro, 2022. Disponível em <https://extra-ibre.fgv.br/IBRE/sitefgvdados/default.aspx>.

Hirschman, Albert O. The rise and decline of development economics. In Jeremy Adelman (Ed.), *The Essential Hirschman* (p.49-73). Princeton: Princeton University Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1992). *Pesquisa Industrial Mensal. Indicadores Conjunturais da Indústria. Produção Física – Brasil. Novembro e*



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

Dezembro de 1991. Acessado em: 16 de Setembro, 2022. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_1991_nov_dez.pdf.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015). “Trabalho e Renda”. *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, 23:315-352.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2022a). *Ipeadata Social – Renda - desigualdade - coeficiente de Gini*. Acessado em 20 de Setembro, 2022. Disponível em <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2022b). *Ipeadata Macroeconômico – Taxa de Desemprego (período de referência de 30 dias), das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Regiões Metropolitanas*. Acessado em 19 de Setembro, 2022. Disponível em <http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38401>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2022c). *Ipeadata Macroeconômico – Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência*. Acessado em 19 de Setembro, 2022. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1347352645>.

IstoÉ (2018). Brasil vai enterrar modelo econômico social-democrata, diz Paulo Guedes. Acessado em 19 de Setembro, 2022. Disponível em <https://istoe.com.br/brasil-vai-enterrar-modelo-economico-social-democrata-diz-paulo-guedes/>.

Marconi, Nelson. (2012). “The industrial equilibrium exchange rate in Brazil: and estimation”. *Brazilian Journal of Political Economy*, 32(4): 656-669.

Office of Management and Budget. (2022). *Table 1.2—Summary of Receipts, Outlays, and Surpluses or Deficits (-) as Percentages of GDP: 1930–2027*. Acessado em 22 de Setembro, 2022. Disponível em https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/03/hist01z2_fy2023.xlsx.

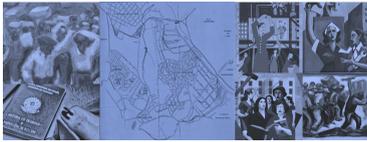
Romero, Cristiano. (2020, 29 de Janeiro). A Estagnação Brasileira. *Valor Econômico*. Acessado em 19 de Setembro, 2022. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/coluna/a-estagnacao-brasileira.ghtml>

Secretaria do Tesouro Nacional (2022). *Resultado do Tesouro Nacional – Série Histórica*. Acessado em 22 de Setembro 2022. Disponível em <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/cosis/thot/link/rtn/serie-historica?conteudo=cdn>.

World Bank. (2022a). *World Development Indicators – GDP Growth (annual %)*. Acessado em 16 de Setembro, 2022. Disponível em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

World Bank. (2022b). *World Development Indicators – GDP per capita growth (annual %)*. Acessado em 16 de Setembro, 2022. Disponível em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

World Bank. (2022c). *World Development Indicators – Industry (including construction), value added (annual % growth)*. Acessado em 16 de Setembro, 2022. Disponível em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas

Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

World Bank. (2022d). *World Development Indicators – Population, total*. Acessado em 16 de Setembro, 2022. Disponível em

<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

World Bank. (2022e). *World Development Indicators – Gross fixed capital formation (% of GDP)*. Acessado em 16 de Setembro, 2022. Disponível em

<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

World Bank. (2022f). *World Development Indicators – Poverty headcount ratio at \$5.50 a day (2011 PPP) (% of population)*. Acessado em 16 de Setembro, 2022. Disponível em

<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

World Bank. (2022g). *World Development Indicators – Poverty headcount ratio at \$1.90 a day (2011 PPP) (% of population)*. Acessado em 16 de Setembro, 2022.

Disponível em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

World Bank. (2022h). *World Development Indicators – Income share held by lowest 20%*. Acessado em 16 de Setembro, 2022. Disponível em

<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.

World Bank. (2022i). *World Development Indicators – Current account balance (% of GDP)*. Acessado em 16 de Setembro, 2022. Disponível em

<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>.